

A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas¹

Andréina da Silva Moura – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Sílvia Helena Koller – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O presente estudo investigou a visão que homens acusados de abuso sexual infantil possuem sobre a criança e como concebem que deveria ser uma relação ideal entre crianças e adultos. As distorções cognitivas são examinadas no conteúdo do que é expresso e na possibilidade de contextualização da resposta dada. Participaram cinco homens, com idades entre 37 e 73 anos, acusados de abuso sexual contra crianças de até 13 anos de idade. Um participou espontaneamente e quatro foram compulsoriamente encaminhados pela justiça ao serviço. Uma ficha biossociodemográfica e uma entrevista semi-estruturada foram utilizadas. Uma análise do conteúdo revelou a visão estereotipada e politicamente correta desses homens com relação às crianças.

Palavras-chave: Abuso sexual; Abusadores sexuais; Visão de criança; Distorções cognitivas.

The child in the accused men's sexual abuse vision: A study on distorted cognitions

Abstract

The present study investigated the view that accused men of infantile sexual abuse possess on the child and how they conceive an ideal relationship between children and adults. The cognitive distortions are examined in the content of what is expressed and in the possibility of contextualization of the given answer. Five men, 37 to 73 years old, accused of sexual abuse against children of up to 13 years of age were interviewed. One participated spontaneously and four were compulsory referred to the service by the court. A bio socio demographic protocol and a semi-structured interview were used. A content analysis revealed the stereotyped and politically correct vision of them about children.

Keywords: Sexual abuse; Child molesters; View about children; Misconceptions.

A criança na visão de homens acusados de abuso sexual

É sabido que o abuso sexual pode ocasionar conseqüências graves ao desenvolvimento humano, especialmente a crianças (Amazarray & Koller, 1998; Flores & Caminha, 1994; Furniss, 1993). Estudos nessa área tem se concentrado em investigar, principalmente as vítimas, havendo assim uma lacuna importante no que diz respeito aos perpetradores de violência (Moura, 2007). Apenas recentemente tem sido abordada a perspectiva de abusadores sexuais em estudos brasileiros sobre o tema (Morais, Cerqueira-Santos, Moura, Vaz & Koller, no prelo; Moura, 2007). Em âmbito internacional, a produção sobre abusadores sexuais infantis tem sido mais freqüente. Vários temas são pesquisados sobre indivíduos, principalmente do sexo masculino, que cometem abuso sexual contra crianças. Essa produção trata, comumente,

de aspectos como: processos empáticos, patologias associadas, vitimização do próprio abusador, distorções cognitivas, entre outros (Moura, 2007).

Este estudo visou enfocar a visão de criança que os homens acusados de cometer abuso sexual apresentam. Conseqüentemente, a relação que vêem como possível entre uma criança e um adulto e as distorções cognitivas foram examinadas no conteúdo do que foi expresso e na possibilidade de contextualização da resposta dada. Distorções cognitivas consistem em crenças disfuncionais e desadaptativas que podem estar relacionadas à visão que o indivíduo tem sobre as outras pessoas, sobre si mesmo, sobre o mundo, etc. Tais pensamentos são automáticos, pois não precisam ser motivados por outras pessoas para que venham à tona (Beck, 1997). Contudo, o fato de serem automáticos não implica que as distorções sejam também construídas dessa forma. Esses pensamentos são resultado da forma utilizada pelo indivíduo para interpretar o mundo

¹ Apoio financeiro do CNPq.

² Endereço para correspondência:

CEP-RUA/Psicologia/UFRGS – Rua Ramiro Barcelos, 2.600 – Sala 104 – Santa Cecília – 90035-003 – Porto Alegre-RS

Tel.: (51) 3308-5150 – Fax (51) 3308-5691

E-mail: andreinamoura@yahoo.com.br

a sua volta e são construídos a partir das generalizações relacionadas a ocorrências de eventos (Balhs & Navolar, 2004). Dessa forma, esses pensamentos estão impregnados de significado pessoal, não importando muito o significado “público”, ou seja, a definição objetiva de um evento. Alguns estudos classificam a visão que os abusadores têm sobre as crianças como distorções cognitivas, por apresentarem crenças equivocadas (Gannon, Polaschek & Ward, 2005; Horley, 2000; Ward & Keenan, 1999). Três modelos predominantes têm sido empregados para descrever como atuam distorções cognitivas nos casos de abuso sexual (Murphy, 1990). O primeiro modelo deriva-se da literatura clínica (Abel, Becker & Cunningham-Rathner, 1984), que considera que as distorções cognitivas dos abusadores são erros consistentes no pensamento que ocorrem automaticamente após o abuso (Beck, 1997). De acordo com esse modelo, as distorções não são causas dos atos de violência sexual, mas uma justificativa construída após os atos abusivos. Um segundo modelo é proveniente da literatura criminal, que propõe que os padrões de percepções e pensamentos distorcidos são causas para a agressão sexual e para outros domínios de comportamento. As percepções e pensamentos estariam na base de todos os tipos de comportamentos delituosos, tais como roubos, assassinatos, etc. (Geer, Estupinan & Manguno-Mire, 2000). O terceiro modelo de distorções cognitivas descreve vários tipos de comportamentos direcionados às mulheres, pelas quais os abusadores expressam aceitar o “mito do estupro” e atitudes relacionadas ao papel dos estereótipos (Burt, 1980). Para eles o “mito do estupro” congrega várias crenças e minimiza ou justifica esta violência de gênero, culpabilizando a vítima. Frases como “apenas meninas más sofrem estupro” ou “mulheres pedem para ser estupradas” relacionam-se às atitudes apoiadas socialmente que dariam margem a se comportarem de maneira abusiva para com as mulheres. Nesses três enfoques, as distorções cognitivas podem atuar como uma maneira de diminuir a dissonância. Estudos com base feminista reiteram que essas crenças distorcidas estão presentes no meio social, enquanto a abordagem cognitiva afirma que elas são construídas pessoalmente, sem que haja uma ampla interferência do meio social. Neste estudo, serão focalizadas as crenças distorcidas e não o momento em que foram construídas. Portanto, conforme salientado por Maruna e Mann (2006), analisar se essas crenças são construídas antes ou depois dos atos de abuso não é tão importante quanto verificar em que medida elas se relacionam com o sistema de crenças relacionado aos atos de reincidência da violência.

Uma abordagem mais recente sobre as distorções cognitivas em abusadores é mostrada por Ward (2000). Para ele, homens que cometem atos de abuso sexual constroem ao longo da vida várias teorias implícitas sobre os atos de abuso. Dessa forma, essas teorias já estariam

postas antes dos atos abusivos, e os acontecimentos, principalmente aqueles ambíguos (um abraço de uma criança) seriam interpretados de maneira a ser coerentes com tais teorias. Abusadores perceberiam as crianças como seres sexuais e, portanto, o contato sexual entre adultos e crianças apenas despertaria impulsos que já existiam nestas últimas, antes do momento do abuso (Ward & Keenan, 1999). Para os abusadores, as crianças teriam benefícios em ter contato sexual com adultos. Esse tipo de premissa deixa margem para que os abusadores justifiquem o abuso às crianças, demarcando assim seu direito a se relacionarem sexualmente com elas. Em outro estudo (Gannon e cols., 2005), o abuso foi justificado por seus perpetradores como sendo um desejo das crianças tanto quanto deles. Tal crença é apoiada pelo fato das crianças não resistirem e não contarem a outros adultos. Por último, os abusadores descrevem sua percepção das crianças como seres sexuais, na medida em que elas fazem perguntas sobre sexo. Os agressores sexuais relatam que as crianças cooperam durante o episódio de abuso e que são elas próprias que, muitas vezes, iniciam o contato. Tais crianças são vistas como menos ameaçadoras socialmente, porque não indicam aos abusadores a possibilidade de relatar aos outros o episódio abusivo (Gannon e cols., 2005). É comum que abusadores afirmem que a vítima consentiu ou provocou o abuso, acusem a vítima de contar mentiras, aleguem que a relação entre eles e a vítima era de natureza afetiva e não abusiva (Lawson, 2003). Todas as estratégias que se baseiam nessas distorções cognitivas se fundamentam na premissa da ausência de responsabilização do abusador e da culpabilização da criança, deformando assim os papéis de ambos. Existem ainda outras crenças que são distorcidas nos abusadores sexuais, como, por exemplo, que as vontades e os desejos deles são mais importantes do que os das demais pessoas e, por isso, precisam ser atendidos prioritariamente (Ward, 2000). Estas, no entanto, não serão abordadas como objetivo neste estudo. O tipo de resposta dos abusadores com relação ao modo como vêem as crianças e a relação que podem ter com elas varia segundo as condições nas quais as pesquisas são feitas. Um estudo realizado por McGrath, Cann e Konopasky (1998) verificou os escores em uma escala de distorções cognitivas, em diferentes tipos de agressores, sobre a permissão ou não para haver sexo entre adultos e crianças. O estudo contou com cinco grupos de agressores, instruídos de maneiras diferentes. Um grupo condenado por abuso sexual e outro por outros crimes diversos foram informados sobre o caráter anônimo de suas respostas; um terceiro grupo, composto por abusadores, foi informado que suas respostas seriam anônimas, mas serviriam para a avaliação da condicional. Também foram coletados dados de abusadores sexuais

com esta mesma escala em arquivos da condicional. Um grupo controle de universitários que nunca tinha sido condenado também foi avaliado. Os resultados revelaram que respostas anônimas e que serviriam de avaliação para a condicional (tanto imaginada quanto real) geravam uma média maior de distorções cognitivas que no grupo de condenados por outros crimes ou no grupo controle. Isto é, quando há uma avaliação legal envolvida, as respostas dos abusadores podem ser manipuladas, estando sujeitas ao princípio da deseabilidade social (McGrath e cols., 1998).

Outra perspectiva teórica informa que as distorções cognitivas sobre a visão que os abusadores possuem sobre as crianças geralmente se associam a quatro fatores: 1. A visão que o abusador sexual possui sobre si mesmo; 2. A sua visão sobre o papel que ele ocupa em uma dada estrutura social; 3. O reconhecimento e/ou aceitação dos valores éticos e das expectativas sociais; e 4. As características de seu contexto social (Horley, 2000). Esses fatores indicam que a visão dos abusadores acerca dos seres infantis estaria ligada a questões individuais (si mesmo, seu papel), mas também às questões contextuais (estrutura social, valores éticos, expectativas). Assim, sua visão sobre as crianças estaria diretamente ligada a como ele se relaciona com o mundo de uma maneira geral. Gannon e colaboradores (2005) partilham de posição semelhante à de Horley (2000), quando afirmam que os atos de abuso sexual devem ser entendidos em relação a como o abusador percebe o mundo à sua volta. Abusadores sexuais infantis possuem comportamentos auto-centrados, percebendo suas necessidades, anseios e desejos como mais importantes que as vontades alheias, por isso levam em conta mais o seu próprio desejo e prazer do que a saúde e a segurança de suas vítimas (Ward & Kennan, 1999). A criança, então, seria percebida por eles como menos importante.

A visão que os abusadores têm desta da visão compartilhada e aceita socialmente de quem é uma criança. O senso comum tem assegurado ao longo dos anos as noções de pureza e inocência da criança, ao mesmo tempo em que afirma sua natureza diferenciada da dos adultos, sendo mais imatura em relação a ele e, portanto, não conseguindo compreender certos aspectos da vida (ver Ariès, 1981). Além disso, é garantido o fato de que os adultos devem cuidar das crianças, justamente por sua natureza imatura e dependente. A noção de que as crianças podem ter sexo com adultos seria totalmente contrária ao cuidado. Assim, o presente artigo tem como objetivo investigar a visão que homens acusados de abuso sexual têm sobre as crianças e como eles concebem que deveria ser uma relação ideal entre crianças e adultos. As distorções cognitivas são

examinadas no conteúdo do que é expresso e na possibilidade de contextualização da resposta dada.

Método

Contextualização

Este estudo é parte de uma pesquisa maior, que teve por objetivo investigar as relações que homens acusados de abuso sexual mantiveram com crianças ao longo da vida e características psicológicas, como empatia, transtornos de personalidade, entre outras. A coleta de dados foi realizada no Ambulatório do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, serviço no qual os participantes podem buscar atendimento espontaneamente – ou para o qual podem ser encaminhados compulsoriamente pela justiça, para avaliação psicológica em decorrência da denúncia de abuso sexual.

Participantes

Participaram deste estudo cinco homens com idades entre 37 e 73 anos que foram acusados de abusar de crianças entre sete e 13 anos de idade à época da denúncia. As acusações variaram do toque ao intercurso sexual completo. Quatro dos participantes foram encaminhados compulsoriamente pela justiça e um deles buscou espontaneamente ser avaliado. Dois participantes eram analfabetos, dois concluíram o ensino médio e um concluiu apenas o ensino fundamental. A renda familiar variou de um a três salários mínimos e um deles não possuía renda familiar por estar em privação de liberdade na época da coleta de dados. Segue uma breve descrição sobre cada um dos casos, nos quais serão usados nomes fictícios para resguardar a identidade dos participantes. Os casos atendidos e aqui descritos ocorreram de março a agosto de 2006, sendo que todos os encaminhamentos desse período foram incluídos neste estudo.

Caso Marcos

Marcos tinha 38 anos e estava preso na época da pesquisa sob acusação de abuso sexual contra sua filha biológica de dez anos. Ele informa não ter cometido “nem esse nem qualquer outro tipo de violência contra ela”. Ele já havia sido preso anteriormente, acusado de abusar de seu enteado, mas foi absolvido da acusação. Marcos estava com aspecto bem cuidado, mesmo estando preso. Aparentou estar pouco à vontade durante a entrevista, sempre olhando para baixo. Falou apenas o necessário para responder às perguntas, demonstrando-se assertivo em suas respostas.

Caso Osmar

Osmar tinha 73 anos, era estrangeiro e vivia no Brasil havia 35 anos. Já fora acusado várias vezes e a última vítima declarou que Osmar tinha tocado sua genitália “em troca de presentes e dinheiro”. Quando esse fato foi denunciado, uma das filhas adultas de Osmar revelou que ele havia cometido abuso sexual contra ela na infância. Ele já havia sido acusado informalmente, por uma de suas noras, por observar uma de suas netas enquanto ela tomava banho. A ex-esposa de Osmar expôs também que a vinda dele do país de origem para o Brasil ocorreu em virtude da acusação de estupro da filha de sua primeira esposa. Desde o início da entrevista, mostrou-se solícito e educado, mas com atitudes que sugeriam tentativas de manipulação e sedução. Além disso, foi evasivo com relação às perguntas, incluindo em suas respostas aspectos que não estavam associados diretamente a elas. Mesmo assim, mostrou-se seguro ao responder todas as questões.

Caso Flávio

Flávio tinha 37 anos quando a entrevista foi realizada. Havia sido preso, em decorrência da acusação de abuso sexual de sua enteada de 13 anos, mas atualmente estava em liberdade provisória. A menina afirmou que o padrasto estava sob o efeito do álcool. Quando foi à delegacia para prestar depoimento, Flávio admitiu ter tentado violentar sexualmente a vítima. Contudo, posteriormente, negou que tenha feito tal afirmação na delegacia. Declarou que as policiais que ouviram o depoimento estavam emocionalmente perturbadas e que, portanto, compreenderam erroneamente as afirmações. Flávio apresentou-se bem vestido, não parecia estar à vontade, observando um relógio na parede durante quase toda a entrevista e respondendo apenas ao que entendia como necessário. Algumas vezes demonstrou hostilidade, principalmente quando foi questionado sobre algum aspecto da acusação de abuso sexual. Outras vezes hesitou em responder e, em vários momentos, se contradisse sobre vários aspectos de sua vida.

Caso Francisco

Francisco, na época da pesquisa com 37 anos, chegou ao serviço antes que a denúncia de abuso sexual tivesse se transformado em processo judicial. Buscou atendimento psicológico por vontade própria, com queixas de dificuldade de sono, irritabilidade e sentimentos de culpa que, segundo ele, começaram após o relacionamento com sua afilhada de 13 anos. Relatou que os encontros aconteceram sete vezes no período de um mês, e segundo ele as relações sexuais foram consentidas por ela. Francisco tinha um semblante cansado, mas mostrava-se

loquaz e cooperativo ao responder às perguntas, acrescentando informações detalhadas sem que isso lhe fosse solicitado. Demonstrou segurança ao responder a todos os questionamentos que lhe foram dirigidos.

Caso Paulo

Paulo tinha 70 anos e foi acusado de abusar freqüentemente de sua filha de 14 anos. Apesar de a denúncia só ter acontecido alguns meses antes dessa entrevista, havia indícios de que abuso vinha acontecendo há alguns anos, pois pessoas próximas revelaram que a menina apresentava comportamentos hipersexualizados desde muito tempo. Paulo negou que fosse suspeito de abusar sexualmente de sua filha, afirmando que a acusação que pesava sobre ele era de que usava a filha para aliciar outras meninas menores de idade com o objetivo de manter relações sexuais com elas. Ele se declarou inocente tanto de uma quanto de outra acusação. Paulo aparentava estar disposto a responder às perguntas no início da entrevista. Contudo, em vários momentos mostrou uma tentativa de manipular as respostas e em outros momentos, evitou respondê-las.

Instrumentos e procedimentos

O projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aprovado. Após a aprovação, cada um dos participantes foi recrutado no serviço, assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram marcadas para realização individual, em única sessão, com duração de cerca de duas horas e meia.

No estudo maior, do qual esta pesquisa faz parte, foram utilizadas uma ficha biossociodemográfica e uma entrevista semi-estruturada para levantar aspectos gerais como: empatia, vida na infância, entre outros. Para efeito de análise sobre a visão de crianças dos homens acusados de abuso sexual e sua perspectiva quanto à relação de crianças com adultos, para este artigo, foram analisadas as respostas às perguntas: “O que é ser criança?” e “Como seria a relação ideal entre crianças e adultos?”. Essas perguntas visavam abordar aspectos gerais do pensamento dos participantes sem fazer menção ao abuso sexual e à acusação (para aqueles que haviam sido denunciados). No caso de mencionarem a situação de abuso, este tópico era afastado e retornava-se às perguntas inicialmente realizadas, porque o objetivo não era falar sobre o abuso ou a denúncia, mas identificar ou não distorções cognitivas em suas respostas. As entrevistas foram realizadas por dois pesquisadores treinados.

Análise de dados

A análise fundamentou-se no estabelecimento de categorias, de acordo com os critérios adotados por Bardin (1979), sobre análise de conteúdo. Utilizou-se a modalidade temática, na qual se objetivou apreender tanto o conteúdo quanto a lógica de cada uma das entrevistas. As principais respostas dos participantes foram identificadas e foram criadas categorias *a posteriori* (núcleo de sentidos) articuladas com o referencial teórico.

Resultados e discussão

Para levantar as informações sobre a visão que os homens acusados de abuso sexual têm sobre as crianças foi tomada por base a pergunta: “O que é ser criança?” Com relação ao relacionamento ideal entre crianças e adultos a pergunta feita foi: “Como deve ser a relação entre uma criança e um adulto?” Dois juízes fizeram a análise inicial, discutiram suas categorizações e nos casos de discordância um terceiro avaliou até a obtenção de consenso. A seguir estão relacionadas as categorias obtidas mediante as respostas dos participantes.

O que é ser criança?

As respostas à pergunta foram agrupadas em uma categoria mais ampla, denominada *respostas politicamente corretas e/ou estereotipadas sobre a criança e a infância*. Dentro desta, foram organizadas três subcategorias: *visão positiva e romanceada da infância; incompletude da criança em relação aos adultos; e infância como fase importante para as demais fases do desenvolvimento*.

Respostas politicamente corretas e/ou estereotipadas sobre a criança e infância

Visão positiva e romanceada da infância

Ao serem questionados sobre o que é ser criança, os participantes apresentaram respostas positivas e românticas, como por exemplo, que ser criança é a “parte mais feliz” (Flávio, 37 anos), “bonita” (Flávio, 37 anos), “idade mais feliz do mundo” (Osmar, 73 anos). Outro participante salientou que “ser criança é não ter problemas” (Francisco, 37 anos), ou que a infância é aquela fase da vida na qual se está “descobrimo o mundo e todas as coisas bonitas do mundo” (Flávio, 37 anos).

Pessoas comuns que não têm histórias de prática de abuso sexual, como estudantes de enfermagem, entrevistadas por Gaiva e Paiao (1999) descreveram a fase infantil e as crianças como “alguém a ser admirado”, ou seja, como “um ser gracioso com o qual se pode brincar”, “uma como fonte de alegria e

satisfação para os adultos”. As respostas dos participantes deste estudo aproximam-se dessas dadas a Gaiva e Paiao (1999), pois os dois públicos vêem as crianças e a fase infantil de uma forma positiva, permeada pela felicidade. Contudo, apesar de as respostas serem semelhantes, algumas questões podem ser apontadas. A princípio, estudantes de enfermagem estão se preparando para a função de cuidar. A essa função estaria associada à necessidade de se apreciar as crianças de maneira positiva. Assim, seria coerente que os participantes de Gaiva e Paiao vissem as crianças e a infância desse modo. Contudo, homens acusados de cometer delitos sexuais contra crianças têm sido apontados como não vendo a vítima como uma pessoa, mas como um objeto destituído de sentimentos e de direitos (Amazarray & Koller, 1998; Blanchard, 1996). Portanto, esse tipo de resposta parece incoerente, pois esses indivíduos, a princípio, não analisariam as crianças de maneira positiva. Assim, as respostas positivas e romanceadas sobre as crianças e infância podem estar, no contexto deste estudo, associadas mais a uma estereotípia das respostas e ao que é socialmente aceitável do que às reais visões que esses homens possuem. Além disso, há que se considerar que a maioria deles foi encaminhada compulsoriamente pela justiça até o serviço, com o objetivo de ser avaliada psicologicamente. Assim, suas respostas podem ter sido dadas de modo a não se comprometerem com elas e tentarem se livrar da acusação recebida. Sugere, assim, mais um comportamento manipulador que tem sido apontado pela literatura como típico de abusadores sexuais (Quinsey, Harris, Rice & Cornier, 2005).

Incompletude da criança em relação aos adultos

Nessa segunda subcategoria, os participantes destacaram que ser criança é “não ter responsabilidades” (Francisco, 37 anos), pois a criança “pensa apenas em jogos e brincadeiras” (Osmar, 73 anos). No estudo com estudantes de enfermagem, Gaiva e Paiao (1999) comentaram que suas participantes também associaram a imagem da criança à diversão. Relacionar a fase infantil com as idéias de diversão e lazer, distanciando-a do mundo do trabalho e das responsabilidades, é uma “marca” do modo como são percebidas as crianças na sociedade moderna e que tem sido amplamente reforçada pela literatura sobre crianças (ver mais em Ariès, 1981). A criança é vista como um ser incompleto, por um lado, por ainda não possuir responsabilidades, não trabalhar e, por outro, por ter como interesses apenas jogos e brincadeiras. As respostas dos participantes parecem estar permeadas pelas noções sociais sobre o que é ser criança e novamente por uma tentativa de responder vagamente com um conteúdo socialmente aceito e não comprometedor.

Em outra resposta, a incompletude da criança em relação aos adultos é expressa por Francisco (37 anos) como: “criança é querer ser adulto”. A idéia principal é de que criança é um vir-a-ser do adulto. Em um estudo com professores, Almeida e Cunha (2003) investigaram as concepções sobre as fases do desenvolvimento humano. Foi verificado que a infância e as demais fases da vida eram identificadas como incompletas em relação à adultez, que seria o ponto ótimo do desenvolvimento. Assim, a resposta de Francisco se assemelhou às dos professores. No entanto, o vir-a-ser adulto seria, provavelmente para os professores, a oportunidade de ter suas capacidades em pleno desenvolvimento. Como afirma Salles (2005), pensar a infância como uma fase incompleta em relação a adultez implica pensar que a fase infantil deve ser superada, pois a meta do desenvolvimento seria tornar-se adulto. A infância, de acordo com Salles, não seria considerada importante *per se*, mas como uma fase de preparo para a fase adulta. Percebe-se que as respostas dos participantes apresentadas nesta seção se assemelham a visão colocada por Salles.

Infância como uma fase importante para as demais fases do desenvolvimento

Osmar (70 anos), quando questionado sobre o que é ser criança, enfatizou que “os problemas, às vezes, lhe podem futuramente ser um trauma, né?”. Tal resposta contraria de certa forma o que Santos (1996) aponta sobre a continuidade entre uma fase e outra do desenvolvimento. As experiências vividas em uma fase anterior da vida são importantes para o sucesso das posteriores. A idéia de que problemas na infância podem causar traumas futuros pode até estar associada a essa noção de continuidade, mas não de sucesso no desenvolvimento. Uma infância problemática, por ser a etapa mais precoce, teria conseqüências para as demais etapas do ciclo vital. Assim, problemas na fase infantil poderiam se transformar em traumas que perdurariam na vida futura. Alguns estudos mostram que crianças que sofrem traumas, em especial o abuso sexual, realmente podem apresentar comportamentos desadaptativos na fase adulta. (ver Amazarray & Koller, 1999).

De maneira geral, os participantes expressam uma visão positiva e romanceada das crianças e da infância, ainda que as considerem incompletas e não atribuam a elas responsabilidades. As respostas dos participantes deram uma noção estereotipada e pragmática da criança, indicando visões permeadas pelas noções da sociedade em geral e, especialmente, aquelas que não os comprometam ainda mais e que não sejam passíveis de fugir do politicamente correto e esperado. Conforme apontam vários autores (ver

Almeida & Cunha, 2003; Ariés, 1975/1981; Salles, 2005), na sociedade atual as visões positivas sobre a infância e a idéia de incompletude das crianças em relação aos adultos estão fortemente presentes. A atitude de responder pragmaticamente com conteúdos socialmente aceitáveis não sugere que os participantes apresentem algum tipo de distorção cognitiva, conforme apontado como comum em abusadores sexuais. Talvez se perguntado diretamente sobre a visão que eles tinham de crianças e suas potencialidades para prática sexual, outras respostas pudessem aparecer, mas este não foi o caso. Portanto respostas que indicassem que as crianças são percebidas como seres sexuais, que consentem relações dessa natureza ou iniciam contatos desse tipo com adultos não deveriam ser esperadas neste estudo, mais ainda pelo fato desses homens estarem sendo acusados por abuso sexual. Na verdade, o propósito de não falar sobre o abuso e de ter uma conversa positiva com esses indivíduos, tentando proporcionar a chance de ouvir sobre a sua visão de crianças gerou apenas respostas a “o que é ser criança” que podem ser classificadas como politicamente corretas *e/ou estereotipadas sobre a criança e a infância*. Com os dados descritos, pode-se notar que nesta pesquisa, feita sob circunstâncias de avaliação, as distorções cognitivas não puderam ser acessadas. Os participantes demonstraram reconhecer que há uma norma social sobre o que é ser criança, que dita como as crianças devem ser vistas e, conseqüentemente, como devem ser tratadas. Há apenas a indicação que com essas respostas os participantes visavam mostrar respostas positivas e socialmente aceitáveis, desfazendo a possível crença sobre si próprios, em razão das denúncias sobre abuso sexual que os acompanhavam. Respostas socialmente aceitáveis sobre as crianças também foram vistas em outros estudos (ver McGrath e cols., 1998 para uma revisão sobre o tema), em especial quando se questionava os homens condenados por abuso sexual, sob circunstâncias de avaliação, o que também é o caso deste estudo.

Relação ideal entre adultos e crianças

Nesta seção, estão descritas as respostas para as perguntas “Como deve ser a relação entre uma criança e um adulto?” As respostas foram organizadas nas seguintes categorias: *sentimentos e comportamentos positivos; relação de cuidado e respostas sobre a moralidade*.

Sentimentos e comportamentos positivos

A maioria dos participantes citou sentimentos e comportamentos positivos que deveriam existir entre adultos e crianças. Um deles citou que “Adulto e a criança têm que ter respeito, né? Cordialidade entre eles, né?”

(Flávio, 37 anos). Aqui, haveria uma relação de cordialidade recíproca entre adultos e crianças, na qual o adulto deveria ser cortês e ter respeito pela criança e vice-versa. Segundo a literatura, a visão que os homens acusados de abuso sexual possuem sobre a relação que se deve ter com crianças, não é vista positivamente. Ward (2000), por exemplo, salienta que os homens acusados de abuso, em geral, não baseiam sua relação com crianças em sentimentos positivos, mas em hostilidade ou exploração. Em ambos os casos, esses indivíduos afirmam que tratam as crianças de maneira negativa por acreditarem que elas precisam servir a eles nos mais variados sentidos.

Relação de cuidado

Um participante respondeu que “Adulto é que tem que tratar a criança bem” (Paulo, 70 anos), comentando também que “Pra quem cuida dela, tem que ter tudo pronto. ‘Não, eu não vou te levar’, no meu pensar que ‘tá entristecendo a criança. Eu acho que é dever de família, família nenhuma pode fazer isso”. Outro foi mais específico sobre a questão dos cuidados com as crianças, e afirmou:

Vejo se a pequena tomou banho, se a grande trouxe tema pra fazer. Dou uma passada nos cadernos dela. Que a minha grande, ela é muito preguiçosa sabe, apesar de ela ser inteligente, ela é muito preguiçosa. Ela não quer fazer tema, não quer... tem preguiça. Então eu ‘tô sempre coordenando. (Francisco, 37 anos)

Assim, ele teria que coordenar as atividades diárias das suas filhas. Percebe-se que esses dois participantes fizeram referência às pessoas da família como aquelas que teriam maior obrigação de acompanhar a rotina das crianças e de atender aos seus pedidos. Tal visão da criança está historicamente associada à formação da família nuclear, que teria como um dos objetivos principais, justamente, o cuidado dessa criança (ver Ariés, 1981). Ward (2000) afirma que as crenças de que a criança deve servir ao adulto, ou é um ser inferior a ele, é comum tanto entre abusadores intrafamiliares como entre os extrafamiliares. Isso demonstra que a crença de um cuidado com a criança é incomum mesmo em meio àqueles abusadores que são parentes das crianças. Assim, as respostas obtidas nesta pesquisa foram contrárias às informações dadas pela literatura (Abel, Becker, Cunningham Rathner, 1984; Ward, 2000). O fato de este estudo ter sido realizado sob circunstâncias de avaliação para justiça pode ter influenciado nos resultados.

Respostas sobre a moralidade

Para um dos participantes (Osmar, 73 anos), os adultos teriam que corrigir as crianças, pois elas não

possuem discernimento moral, não sabendo distinguir entre certo e errado:

Criança, para começar, elas às vezes não sabem o que estão fazendo. O adulto sabe o que está fazendo, então o adulto está consciente do que faz e deve respeitar a criança. Até a criança, às vezes, tem um comportamento sem pensar, pode ter um comportamento que ela mesma não sabe que não é correto. Não, ela não sabe. A criança não conhece, não sabe o quê... Não tem consciência... De que aquilo ali pode ser alguma coisa errada. Não tem consciência que pode ser alguma coisa errada. Agora, a pessoa adulta que pode chegar a ultrapassar, quem sabe, a barreira dos limites da moral, ele devia de evitar.

O participante atribuiu ao adulto a obrigação de evitar “erros morais”, sugerindo a idéia da inocência da criança. Tal concepção tem aparecido nos discursos sociais desde os preceitos moralistas e religiosos do século XVI (ver Ariés, 1981), que descreviam as crianças como seres assexuados ou livres dos pecados do sexo. Mais uma vez, expressam-se as respostas estereotipadas dos participantes da pesquisa. De maneira geral, os participantes demonstraram ter clareza sobre como adultos devem se comportar quanto às crianças, e que a relação com o adulto deve ser pautada no respeito e nos sentimentos e comportamentos positivos, sem que haja coerção ou violência. Em estudos anteriores (ver Lawson, 2003), os resultados encontrados foram contrários ao exposto pelos participantes. Segundo a autora, abusadores sexuais ou homens acusados desse delito costumam afirmar que as crianças mentem em relação aos atos de abuso, ou ainda que elas provocam tal ato, e que elas, portanto, tomaram a iniciativa de tal comportamento. Nesse tipo de afirmativa pode-se perceber que homens acusados de abuso possuem uma posição diferente da dos participantes deste estudo, pois eles colocam a criança como alguém que tem um comportamento consciente, acreditando que as crianças já possuem alguma noção sobre o que é certo e errado. Novamente, aponta-se a necessidade de contextualização das respostas que foram obtidas em um momento de avaliação para justiça.

Considerações finais

As respostas tanto à pergunta “O que é ser criança” quanto a “Como seria a relação ideal entre adultos e crianças” revelam estereotipia de respostas socialmente aceitáveis. Assim, nem a criança nem a relação que deveria ser estabelecida com ela são caracterizadas como distorcidas, estando de acordo com

aquilo que é esperado socialmente. Pode-se concluir que, nesta pesquisa, não foi demonstrado “erro” cognitivo nas respostas dos participantes, pois eles conseguem facilmente distinguir o que é “certo” e “errado” com relação às crianças, adequando-se àquilo que era esperado. Evidentemente que o contexto da pesquisa deve ser considerado, já que quase todos os participantes estavam sob avaliação solicitada pela justiça e, como foi visto na pesquisa de McGrath e colaboradores (1998), as respostas que poderiam ser reveladas sobre as distorções cognitivas podem ser influenciadas por esse contexto de avaliação. Assim, as respostas dadas certamente agregam a intenção de dar uma impressão positiva para os avaliadores, já visto como comum em outros estudos (ver McGrath e colaboradores, 1998). As crenças de homens acusados de abuso sexual sobre as crianças podem ser realmente distorcidas, mas é preciso esclarecer que tais crenças não se relacionam apenas às cognições, pois se houvesse como corrigir esta cognição, os abusos tenderiam a desaparecer. Pode haver uma série de dificuldades emocionais (tais como processos de empatia reduzidos) relacionadas à manutenção de tais crenças disfuncionais. Corroboram essa idéia Gannon e Polaschek (2005), afirmando que outros processos, tais como a excitação sexual, a intoxicação por álcool e outras drogas e os estados afetivos, podem influenciar diretamente nas cognições durante os atos de abuso e que esses processos não estão presentes no momento da avaliação psicológica. Por isso, não é realmente possível capturar as distorções cognitivas que podem estar associadas aos atos de abuso no momento em que eles ocorrem.

Finalmente, embora, as respostas tenham sido dadas num contexto diferente do cotidiano dos participantes, isso não as invalida, pois elas podem fornecer indícios de como esses indivíduos se comportam em contextos de avaliação. Pelas respostas, fica evidente a capacidade dos participantes de distinguir entre aquilo que é distorcido e o que é socialmente aceitável. Esse é um ponto importante para os avaliadores, pois eles precisam ficar atentos a essas “manipulações” por parte de homens que abusam de crianças. O fato de se ter usado um instrumento que possuía perguntas menos transparentes, ou seja, que não indagava diretamente sobre a distorção pode ser entendido tanto positiva quanto negativamente. A faceta positiva está no fato de que justamente a falta de transparência das perguntas pode ser um obstáculo à manipulação das repostas. Contudo, a falta de perguntas mais diretas (tais como “Você acha que crianças podem fazer sexo com adultos?”) pode ser um obstáculo à

ativação dos conteúdos que são necessários para detectar as distorções cognitivas.

No entanto, para estudos futuros, algumas limitações metodológicas podem ser superadas. Neste estudo não se contou com outros grupos (tanto de outros abusadores quanto de pessoas que não foram acusadas de tais crimes) que pudessem servir de comparação. Isso limitou os resultados, pois não se pode avaliar se esse comportamento seria exclusivo de homens acusados de abuso sexual ou se outros grupos se comportariam de outra ou da mesma maneira. Sugerem-se também outros métodos de pesquisa que possam avaliar os processos de pensamento e não apenas os produtos (verbalizações) dos indivíduos em questão. O uso de perguntas, mesmo que indiretas, como estratégia de acessar os produtos do pensamento, como foi o caso deste estudo, deixam a possibilidade de as pessoas entrevistadas adequarem suas respostas ao que é socialmente aceitável (Quinsey, Harris, Rice & Cornier, 2002). O uso de dilemas morais hipotéticos, muitas vezes usado na terceira pessoa, para que o indivíduo não seja identificado como abusador (Quinsey e cols, 2002) talvez seja uma alternativa mais eficaz para avaliar como se processam os pensamentos desses indivíduos (Kohlberg, citado por Antunes, 2003). Com isso, se poderiam detectar as distorções cognitivas com mais eficiência. A utilização desse último tipo de abordagem tem sido usada com abusadores e com vários outros públicos.

Referências

- Abel, G. G., Becker, J. V. & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law & Psychiatry*, 7, 89.
- Almeida, A. M. de & Cunha, G. G. (2003). Representações sociais do desenvolvimento humano. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11, 147-154.
- Amazarray, M. R. & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 559-578.
- Antunes, C. (2003). *Antiguidades modernas*. Porto Alegre: ArtMed.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Balhs, S. C. & Navolar, A. B. B. (2004). Terapia cognitivo-comportamental: conceitos e pressupostos teóricos. *Psico UTP On-line*, 4, 1-11.

- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70; Martins Fontes.
- Beck, J. S. (1997). *Terapia cognitiva: teoria e prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Blanchard, J. (1996). *Sexual exploitation*. Trabalho apresentado no Congresso contra Exploração Sexual de Crianças, Brasília, Brasil.
- Burt, M. (1980). Cultural myths and support for rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 217-230.
- Flores, R. Z. & Caminha, R. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: algumas questões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 16(2), 158-167.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed.
- Gaiva, M. A. M. & Paiao, M. R. (1999). O ser criança: percepção de alunas de um curso de graduação em enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 7(1), 75-83.
- Gannon, T. A. & Polaschek, D. L. L. (2005). Cognitive distortions in child molesters: A re-examination of key theories and research. *Clinical Psychology Review*, 26, 1000-1019.
- Gannon, T. A., Polaschek, P. L. L. & Ward, T. (2005). Social cognition and sex offenders. Em M. McMurrin & J. McGuire (Orgs.). *Social problem solving and offending* (pp. 1-62). New York: John Wiley & Sons.
- Geer, J. H., Estupinan, L. A. & Manguno-Mire, G. M. (2000). Empathy, social skills, and other relevant cognitive processes in rapists and child molesters. *Aggression and Violent Behavior*, 5(2), 99-126.
- Horley, J. (2000). Cognitions supportive of child molestation. *Aggression and Violent Behavior*, 5(6), 551-564.
- Lawson, L. (2003). Isolation, gratification, justification: Offender's explanation of child molesting. *Issues in Mental Health Nursing*, 24, 695-705.
- Maruna, S. & Mann, R. E. (2006). A fundamental attribution error? Rethinking cognitive distortions. *Legal and Criminological Psychology*, 11(2), 155-177.
- McGrath, M., Cann, S. & Konopasky, R. (1998). New measures of defensiveness, empathy and cognitive distortions for sexual offenders against children. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 1(1), 25-36.
- Morais, N. A. de, Cerqueira-Santos, E., Moura, A. da S., Vaz, M. & Koller, S. H. (no prelo). Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um estudo com caminhoneiros brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.
- Moura, A. da S. (2007). *A criança na perspectiva do abusador sexual*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
- Murphy, W. D. (1990). Assessment and modification of cognitive distortions in sex offenders. Em W. L. Marshall, D. R. Laws & H. E. Barbaree (Orgs.). *Handbook of sexual assault: Issues, theories and treatment of the offender* (pp. 331-342). New York: Plenum Press.
- Quinsey, V. L., Harris, G. T., Rice, M. E. & Cormier, C. A. (2005). *Violent offenders: Appraising and managing risk*. Washington DC: American Psychological Association.
- Salles, L. M. F. (2005). Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 22(1), 33-41.
- Santos, B. R. dos (1996). *A emergência da concepção moderna de infância: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Curso de Ciências Sociais, Antropologia.
- Ward, T. (2000). Sexual offenders' cognitive distortions as implicit theories. *Aggression and Violent Behavior*, 5, 491-507.
- Ward, T. & Keenan, T. (1999). Child molesters' implicit theories. *Journal of Interpersonal Violence*, 14, 821-838.

Recebido em janeiro de 2008
Reformulado em maio de 2008
Aprovado em junho de 2008

Sobre as autoras:

Andreína Moura é psicóloga pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005) e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Atualmente é pesquisadora (doutorado) nesta mesma universidade. Tem experiência na área de abuso sexual, tendo como foco os autores de tal violência.

Sílvia Helena Koller é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1990), professora honorária da Universidad de Chiclayo, Peru; orientadora de Doutorado e Mestrado, coordenadora do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (1994) e possui experiência em intervenção com crianças, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social no país e no exterior.